Revista Ñanduty
PPGAnt - UFGD

PPGAnt- Programa de Pós-Graduação em Antropologia
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 2317-8590
Dourados - MS - Brasil
www.ufgd.edu.br/nanduty

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM INDÍGENA NO JORNAL O PROGRESSO

LÉLIO LOUREIRO DA SILVA*

RESUMO
Este artigo faz uma análise do jornal *O Progresso*, sediado no município de Dourados em Mato Grosso do Sul, e de suas estratégias utilizadas na formação da identidade local e na construção das imagens sobre os indígenas dessa região. O trabalho apresenta a origem desse diário e o contexto da sua criação, influenciado pela disputa política entre as elites do norte e do sul do antigo Mato Grosso e pela formação da identidade sul-mato-grossense, bem como qual a postura editorial adotada para a formação do público leitor tendo como referência a construção da imagem indígena.

ABSTRACT
This article is an analysis of The Progress Newspaper, based in the city of Golden in Mato Grosso do Sul, and strategies used in the formation of local identity and the construction of the images on the indigenous of this region. The paper presents the origin of the log and the context of its creation, influenced by the political dispute between the elites of the north and south of the former Mato Grosso and the identity formation of South Mato Grosso, and which the editorial stance adopted for the formation readership with reference image building indigenous.

RESUMEN
Este artículo es un análisis del periódico el Progreso, con sede en la ciudad de oro en Mato Grosso do Sul, y las estrategias utilizadas en la formación de la identidad local y la construcción de las imágenes de los indígenas de esta región. El artículo presenta el origen de la leña y el contexto de su creación, la influencia de la disputa política entre las elites del norte y sur de la antigua Mato Grosso y de la formación de la identidad del sur de Mato Grosso, y que la línea editorial adoptada para la formación lectores con referencia imagen indígena edificio.

O setor jornalístico, com destaque para os jornais diários, sempre teve e tem uma influência muito grande na formação da opinião pública nos diversos setores da sociedade. Ao contrário do que prega a própria imprensa jornalística, esse setor não é totalmente isento ideologicamente e suas publicações são elaboradas e construídas a partir de interesses políticos, econômicos e sociais.

Este artigo faz uma análise crítica dos discursos empregados pelo jornal *O Progresso*, sediado no município de Dourados-MS, durante a década de 1980, com destaque para os discursos relacionados aos povos indígenas locais. A escolha desse diário se deu pelo fato desse periódico ser o primeiro a circular nessa região, quando ainda pertencia ao então estado de Mato Grosso, sendo que nos dias atuais sua circulação atinge praticamente todos os municípios de Mato Grosso do Sul.

Para entender o papel e a postura que o jornal *O Progresso* assumiu no decorrer do espaço temporal delimitado, utilizou-se metodologicamente de dois caminhos: a análise do discurso empregado nas notícias e a análise da postura editorial, pois esta postura definiu o caminho que o discurso apresentado irá percorrer para atingir o seu objetivo, que é criar uma opinião pública com fins políticos e ideológicos em conformidade com o ideário de seus articulistas. Para tanto, o artigo inicia com um histórico desse periódico, enfatizando o contexto político, social e econômico em que se deu sua criação. Em seguida há uma análise dos principais articulistas e a sua postura editorial durante o período estudado, finalizando com as matérias publicadas em relação especialmente aos povos guarani que habitam o sul de Mato Grosso do Sul. (Silva, 2007, p. 19).

* Possui Formação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP e mestrado em História Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Histórico Do *O Progresso*

O jornal *O Progresso* é considerado o mais antigo de Mato Grosso do Sul, fundado ainda no então estado de Mato Grosso, e tem sua história marcada por dois períodos bem distintos. O primeiro é datado em 1920, no município de Ponta Porã, onde foi fundado pelo advogado José dos Passos Rangel Torres. Após um breve período de circulação teve sua veiculação encerrada com a nomeação do seu fundador para o cargo de promotor público. Depois de três décadas do seu fechamento, o filho do primeiro fundador, Weimar Gonçalves Torres, retoma o ideal de seu pai e, em 1951, reiniciou a publicação de *O Progresso*, desta vez no recém-criado município de Dourados onde permanece até os dias atuais.

A análise proposta se restringe ao segundo momento, uma vez que é a partir desse período que o jornal se firma como formador de opinião. Também é nesse período que a sua publicação atinge uma veiculação diária, que abrange quase todos os municípios sul-mato-grossenses.

A primeira reedição de *O Progresso* circulou no dia 21 de abril de 1951, e em sua capa já demonstrou, em conformidade com o seu nome, qual o caminho editorial escolhido, já que o título trouxe em letras garrafais no alto da página a manchete: *Vertiginosa! A marcha de Dourados para o progresso*. O texto dessa notícia é repleto de elogios a Dourados e enfatiza o desenvolvimento econômico, urbano e demográfico alcançado em poucos anos, como podemos observar a seguir:

> "De uma terra inexpressiva e esquecida passa Dourados a ser uma das regiões mais famosas da pátria [...] grande venda de terra, cinema, luz elétrica, linha de aviões diários, loteamento em massa, mais e mais casas de comércio, valorização acelerada dos imóveis, cafezais, produção imensa de algodão e cereais, instalação de grandes serrarias: um instantâneo polimórfico de uma explêndida [sic] realidade." (parágrafo 1).

> "Quem conheceu este imenso município a [sic] pouco mais de 5 anos não se atreveria prever o grande progresso que tomaria esta terra [...] o esplendor e a magnifitude da terra dadivosa e fecunda que possue [sic]." (parágrafo 2).

O caráter desenvolvimentista empregado tanto no nome do jornal como na sua capa inicial está em perfeita consonância com os projetos federais de ocupação e desenvolvimento da região, bem como dos ideais que sustentam a formação da identidade sul-mato-grossense.

Nesse período inicial, duas conjunturas, em nível nacional, estavam em andamento e influenciaram decisivamente a postura do jornal: a primeira refere-se aos projetos nacionalistas desenvolvidos por Getúlio Vargas, com destaque para a implantação das Colônias Agrícolas Federais e Municipais, a partir de 1940. A segunda, são os projetos desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek, nos anos iniciais da década de 1950, que ficaram conhecidos nacionalmente pelo bordão *50 anos em 5*.

Associados a essas duas conjunturas, encontram-se os processos de formação da *identidade mato-grossense*, iniciado nos primórdios do século XX, e da *identidade sul-mato-grossense*. O início do processo de formação da *identidade sul-mato-grossense* ocorreu a partir de 1920 e foi introduzido por pressões políticas, promovidas pelas elites que habitavam a parte sul do estado, que queriam desvincular-se dos ideais, propostos pelas elites do norte, que promoviam a formação da *identidade mato-grossense*. Esse processo, das elites do sul, encontrava-se em pleno desenvolvimento na época da fundação do jornal, em Dourados.

Os projetos governamentais tinham sua base no ideário positivista e pretendiam construir o Estado Nacional Brasileiro por meio de um processo de *homogeneização*, concebido na unidade física, política e cultural do país.

Com a chegada de novos habitantes era preciso criar uma identidade comum e *tradições* que estabeleceriam ou simbolizariam as condições de aceitação de um grupo ou de comunidades por meio da inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento (Hobsbawn, 2002: 17), representados nos ideais do processo identitário em andamento.

A instalação das Colônias Agrícolas e a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil que atravessou o estado no sentido leste-oeste, ligando o sul do antigo estado de Mato Grosso com os municípios mais desenvolvidos do país, fortaleceram os ideais que norteavam a formação da identidade sul-mato-grossense através da propagação de imagens de uma região moderna e desenvolvida economicamente. A criação do ramal ferroviário, ligando Campo Grande a Ponta Porã, fortaleceu os ideais de uma região com uma forte tendência ao progresso, ao desenvolvimento econômico e populacional.

Com relação ao processo de formação da *identidade mato-grossense*, os estudos realizados por Zorzato (1998) e Galetti (2000) demonstram que a construção do mesmo começou com as elites radicadas nas redondezas da capital Cuiabá, então dominantes no estado de Mato-Grosso. Essa

construção, de um conjunto de representações visando à propagação de uma *imagem positiva* da região, foi pensada com base em dois fatores preponderantes: apagar as *imagens negativas* associadas a Mato Grosso e manter essas elites no poder.

Segundo Galetti, foi a partir de uma reação ao *estigma da barbárie*, elaborado e transmitido por viajantes nacionais e estrangeiros, que esse grupo social dominante decidiu construir um universo identitário, através de inúmeras manifestações culturais, que se distinguisse pela exaltação a terra e ao homem mato-grossense.

As imagens negativas associadas a Mato Grosso destacavam que o mesmo é um estado *atrasado*, *incivilizado* e *selvagem*, habitado por pessoas *ignorantes*, *preguiçosas*, *vingativas* e *sanguinárias*, reforçando a imagem, propagada nos grandes centros populacionais do país, que o estado era *terra de índio*. Para contrapor a essas imagens negativas, as elites cuiabanas construíram para os mato-grossenses uma nova identidade que combateu o estigma da barbárie. Associado a esse combate estava a inclusão de valores que visava garantir a *primazia do mando* no Estado para esse grupo dominante, com representações que enalteceram a figura *do pioneiro*, *do desbravador do sertão*, *do guardião das fronteiras* (Zorzato, 1998: 80-87).

A partir de 1920, o predomínio político das elites cuiabanas começou a enfrentar pressões das elites sulistas, principalmente as campo-grandenses, que passavam por um forte crescimento econômico e populacional proporcionado pela chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil. É nesse momento que a identidade sul-mato-grossense começa a ser traçada, objetivando um distanciamento das imagens elaboradas pelas elites do norte.

Com esse objetivo foi fundada, nos fins de 1932, a Liga Sul-Mato-Grossense que passou a atuar decisivamente na formação da *identidade sul-mato-grossense*, publicando vários manifestos e promovendo a coleta de um abaixo-assinado, contendo milhares de assinaturas, solicitando a separação. Esses manifestos são considerados o "[...] primeiro esboço de uma identidade especificamente sul-mato-grossense, como reação a identidade mato-grossense *oficial*." (Queiroz, 2005: 9) [grifo do autor].

Para consolidar a separação, as elites sulistas passaram a veicular a imagem do sul como uma região com grande pujança econômica e modernidade. Seus habitantes se diferenciariam por possuir uma grande dedicação ao trabalho associada a um senso de cidadania e de iniciativa progressista. Para atingir o seu objetivo, as elites do sul começaram a reforçar as imagens de que os sul-mato-grossenses seriam *pioneiros*, *guardiões das fronteiras*, *civilizados* e *economicamente desenvolvidos e modernos*.

Essa forma de classificação se estrutura em torno de *posições binárias,* de duas classes polarizadas, em que "[...] um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa." (Silva, 2000, p. 83). Essa classificação foi estendida aos povos indígenas, sendo destinada a parte negativa para os mesmos.

Nessa busca para desmitificar o estigma ao qual estavam vinculadas, as elites sulistas, identificadas com os *progressos da civilização*, fizeram uma "[...] negação sistemática do natural, pois isto é visto como atraso." (Zorzato, 1998: 89). Assim, as populações indígenas serão identificadas como parte integrante desse *natural*, sendo necessário, nessa construção, silenciar o índio e estigmatizá-lo.

Essa representação do índio, ligado ao natural, começou a ser construída na carta que Pero Vaz de Caminha enviou ao Rei de Portugal, contendo notícias sobre o *descobrimento* de novas Terras. Nessa carta, o índio foi visto como *gente bestial* e *de pouco saber*, sendo reforçada essa imagem pelos adjetivos *selvagem*, *incivilizado* e *indolente* (Limberti, 2003: 28-42).

Sabemos que é essa representação negativa, associada ao índio, que as elites mato-grossenses querem combater por meio da sua proposta de formação identitária, buscando eliminar o *estigma da barbárie* e a alcunha de *terra de índio* aos quais estavam vinculadas.

A tentativa de trazer os *índios* à civilização, já que há forte interesse econômico sobre sua *mão de obra*, transformando-os em *trabalhadores braçais* (Lima, 1995), não estava no ideário das elites mato-grossenses. Sua inclusão na composição étnica do estado implicaria numa redefinição quanto a sua origem, que estava vinculada à figura do *bandeirante paulista*, e, consequentemente, em uma suposta origem europeia. Essa origem tem grande importância no processo de formação que estava em andamento, pois a sua utilização justificaria um amplo processo de exclusão social garantindo dessa maneira a *primazia do mando* (Zorzato, 1998).

Dentro dessa perspectiva econômica e de manutenção do mando, os povos indígenas não encontraram espaço adequado nas representações criadas para dar sustentação aos ideários nortista e sulista, ocorrendo uma notável "[...] negação do papel indígena na formação histórica da região." (Queiroz, 2005, p. 10).

Dessa forma, fica claro o porquê do nome

e do discurso inaugural nessa segunda fase do *O Progresso*, como também qual será a postura editorial adotada a partir de então. Inaugurado no auge da rivalidade entre o norte e o sul do estado e em meio aos projetos governamentais desenvolvimentistas, o jornal terá um papel decisivo na formação e divulgação do ideário sulista e promoverá de forma sistemática o ideário desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Os Principais Articulistas

Durante várias décadas, as notícias publicadas pelo jornal "O Progresso" tinham como fonte a Empresa Brasileira de Noticias – EBN, Agência Boa Imprensa – ABIM, RADIOBRÁS e de colaboradores sem vínculo empregatício.

A postura editorial adotada pelo *O Progresso*, na maioria das notícias veiculadas, não identificava quem eram os articulistas, exceto nas matérias produzidas pelas empresas jornalísticas que são devidamente identificadas:

> "Campo Grande (EBN) – 'Nossa esperança sempre foi recuperar o que é nosso, sem violência". (*Kadiwéus, os novos fazendeiros do pantanal*. O Progresso, p. 2, 01 dez.1983, grifo do jornal).

> "Campo Grande (Radiobras) – A Fundação Nacional do Índio e a Secretaria de [...]" (*Índios: Terras demarcadas*. O Progresso, 09 jul. 1988, capa).

A permanência dessa postura editorial, no decorrer da década analisada, pode ser explicada pela centralização das decisões editoriais nos proprietários. A contratação e formação de uma equipe de jornalistas, fato que começou em 1976, não mudou essa prática. No período analisado, ainda é grande o número de matérias que não identificam o seu articulista, numa clara demonstração que a responsabilidade editorial é do proprietário, na figura de diretor da empresa.

A propriedade dessa empresa jornalística sempre se manteve nas mãos de uma única família. Durante um período de 18 anos, de 1951 a 1969, o comando do matutino esteve nas mãos do seu fundador, Weimar Gonçalves Torres. Após esse intervalo, o diário douradense passou a ser dirigido por seu sogro, Wlademiro do Amaral, que se manteve no cargo até 1985. Depois desse período, assume a direção Adiles do Amaral Torres, viúva de Weimar. Em 1993, suas duas filhas, June e Blanche Torres, se integram à direção do jornal. Após um breve período, June se afasta da empresa (Schwerngber, 2005, p. 48). Porém, mesmo com o ingresso de suas filhas, a principal diretora continuou sendo Adiles que se encontra no comando do jornal até os dias atuais.

Weimar Torres chegou a Dourados, em 1948, com a meta de exercer a profissão de advogado. Logo se elegeu vereador pelo Partido Social Democrático – PSD – e, posteriormente, deputado estadual e federal pelo mesmo partido. O PSD foi criado por Getúlio Vargas durante o seu primeiro governo e congregava em seus quadros tanto grandes proprietários rurais como também elementos da burguesia urbana: industriais, comerciantes e banqueiros. Em 1951, a cidade de Dourados era o centro das atenções das autoridades em sintonia com o poder; já que a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, iniciada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, era o exemplo de sucesso da política de ocupação ordenada e o modelo de projeto de colonização. Desde a implantação da Colônia, que era a menina dos olhos daquele presidente, o local despontou para o roteiro político nacional (Schwerngber, 2005, p. 48-49).

No seu primeiro ano como vereador surge *O Progresso*, evidenciando que o mesmo não teria somente pretensões jornalísticas e econômicas, mas também exerceria uma forte influência política e eleitoral, apesar da negação deste intuito pela família que sustenta a versão de que foram os dotes literários de Weimar que influenciaram no ressurgimento do jornal. Porém, quando esteve à frente de *O Progresso*, Weimar sempre "[...] utilizou-o mais para embates políticos do que para informar." (Schwerngber, 2005, p. 49).

A trajetória política de Weimar, que foi o primeiro deputado federal eleito na porção sul do Estado, em 1966, só vem reforçar o seu posicionamento em relação à postura editorial adotada pelo *O Progresso* e o seu compromisso com o processo de formação de uma identidade para o sul do antigo estado de Mato-Grosso.

Foi durante o mandato de deputado federal que "[...] Weimar Torres morreu aos 47 anos em serviço quando retornava à [sic] Brasília no dia 14 de setembro de 1969, vítima de um acidente de avião." (*Adiles conta história d'O Progresso.* O Progresso, 07 jun. 2006. Caderno Dia a Dia, p. 1).

Após a morte de Weimar, o comando do jornal passou a ser exercido por seu sogro Vlademiro do Amaral, que era formado em engenharia agronômica e residia em Dourados desde outubro de 1932. A formação em engenharia agronômica permitiu que Vlademiro exercesse a atividade de agrimensor, e assim ele veio para o município mato-grossense com a pretensão de trabalhar na medição e na demarcação dos lotes da CAND e da Colônia Agrícola Municipal de

Dourados – CAMD, hoje município de Itaporã.

Vlademiro também era político tendo sido eleito vereador, em 1947, pela União Democrática Nacional – UDN –, mas por influência de seu genro trocou a UDN pelo PSD na década de 1950. Posteriormente, foi nomeado diretor do Departamento de Terras do estado na década de 1960.

O histórico profissional e político de Vlademiro, assim como o de Weimar, colaborou para a propagação dos ideários promovidos pelas elites do Sul e das propostas contidas nos projetos governamentais. Esse histórico também contribuiu para a boa relação que o jornal manteve com os militares durante o período de vigência do Ato Institucional nº. 5, mais conhecido por AI-5.

Foi durante o comando de Vlademiro que o jornal *O Progresso* começou a se modernizar tanto no que diz respeito aos equipamentos quanto à contratação de jornalistas, fato este que possibilitou a tornar-se diário no ano de 1976. Essa modernização aconteceu devido à disputa pelos leitores, que se travou naquele ano, com a *Folha de Dourados*, já que este periódico foi o primeiro no município a implantar edições diárias, prática reproduzida por *O Progresso* um mês depois e que se mantém até hoje. Sua periodicidade diária apenas é interrompida aos domingos e feriados. A fase de Vlademiro termina com a sua morte em 1985.

Após a morte de Vlademiro, o jornal passou a ser dirigido por Adiles do Amaral Torres, função que continua mantendo até o momento. Formada em direito, o envolvimento de Adiles com o jornal até a sua posse se restringia à produção de uma coluna social, que permanece nas páginas do jornal até os dias atuais, com pouco envolvimento na administração do jornal (Schwerngber, 2005, p.62).

Mesmo sem experiência administrativa, Adiles assumiu a empresa da família e investiu na modernização do periódico, mas sem abandonar a ideologia construída na época de sua fundação, descrita em seu nome e *slogan*: *O PROGRESSO: pensamento e ação por uma vida melhor*. Esta frase revela uma característica militante que vai muito além de informar. Porém, o caráter militante presente no jornal sob direção de Adiles não é político-partidário, como era no tempo de Weimar, mas sim de direcionar ações e emitir opiniões em função das ideias que ela defende. Adiles manteve a mesma postura editorial adotada por seu marido e seu pai, porém com novas práticas comerciais frente à nova economia, que se apresentava com a abertura política, e aos avanços tecnológicos da mídia. Já nos primeiros anos sob seu comando, o jornal passou por reformulações na sua apresentação criando várias seções e o editorial.

O histórico político e social dos dirigentes de *O Progresso* demonstram um comprometimento com os ideais do processo de formação da identidade sul-mato-grossense, propagando as representações vinculadas a ele, e com os projetos governamentais desenvolvidos na região, pois tais projetos vislumbravam o desenvolvimento e o progresso.

Dessa forma, a postura editorial do jornal em relação aos Guarani, Kaiowa e Ñandeva, se apresentou de forma dúbia, oscilando, em alguns momentos, entre o silêncio e a exclusão desses povos de suas páginas, não admitindo a existência dos índios na formação histórica da região e, em outros, adotando uma atitude de isenção, publicou notícias que destacavam a causa indígena, em que faz questão de deixar claro para o leitor que as informações apresentadas não são de sua responsabilidade mas sim dos informantes, como pode ser percebido nas manchetes abaixo:

> *Orro: "problema indígena não é caso de polícia"*. (O Progresso, 15 set. 1983, capa).
>
> *Presidente da FUNAI: "Reserva é que tem que resolver seus problemas"*. (O Progresso, 04 fev. 1984, capa).
>
> *"PKN está instigando a invasão de terras", denuncia produtor*. (O Progresso, p. 3, 29 abr. 1987).

A negação da presença do elemento indígena vai de encontro ao discurso, promovido pelas elites sulistas, que representam a região como moderna e desenvolvida economicamente, habitada por gente com capacidade de iniciativa progressista, devotada ao trabalho e com senso de cidadania (Queiroz, 2005, p. 13). É em meio a esses discursos que os Guarani foram silenciados e representados de forma negativa no processo histórico dessa região. Eram vistos como acessórios, sem interesse próprio e inferiores, além de serem rudes e vingativos. As várias matérias jornalísticas veiculadas pelo *O Progresso*, na década 1980, que serão analisadas no decorrer desse trabalho, confirmam essa visão.

Porém, ao mesmo tempo em que *O Progresso* silencia e exclui os Guarani do processo histórico sul-mato-grossense, sua presença, como trabalhador em vários ofícios, é constante e de grande importância durante toda a ocupação e posse do sul do antigo estado de Mato Grosso e do atual estado de Mato Grosso do Sul.

O Progresso Da Década De 1980

Com a modernização, ocorrida no final da década de 1970, com a compra de novos equipamentos e com a contração de jornalistas, que possibilitou a publicação de edições diárias, o jornal *O Progresso* iniciou os anos de 1980 com perspectiva de crescimento, abrangendo um número maior de leitores.

No período da década de 1980, *O Progresso* se apresenta com um único caderno contendo em média 12 páginas. Algumas edições extrapolavam esse número, atingindo até 16 páginas. Essa variação no número de páginas ocorria de acordo com os contratos comerciais para divulgação de atos oficiais do judiciário, das prefeituras[1], além das propagandas de empresas privadas.

Em abril de 1984, o matutino foi ampliado com o início da publicação do *2º Caderno*, que passou a circular aos sábados com ênfase nas programações culturais, visando à ampliação do número de leitores nos finais de semana. Apesar do breve período de circulação, somente alguns meses, o *2º Caderno* dedicou, no dia 12 de maio de 1984, amplos espaços à questão indígena:

> *PI Dourados: Mesmo sob ameaças, o índio ainda resiste*. (O Progresso, 12 mai. 1984. 2º Caderno, manchete de capa).
>
> *Depoimento: Índio, "caso" de Polícia?* (Pizzini, Joel. O Progresso, 12 mai. 1984. 2º Caderno, capa).
>
> *Vítima do Sistema*. (Galeano, Margarida. O Progresso, 12 mai. 1985. 2º Caderno, p. 5).
>
> *O índio e o novo código civil*. (O Progresso, 12 mai. 1984. 2º Caderno, p. 7).

A primeira manchete de capa, citada acima, faz chamada para a página 5, que é dedicada somente para a questão indígena. Ali se encontra uma grande matéria, com o mesmo título, que contém três fotos e ocupa quase 70% da página. Completando a página, no canto direito inferior, está o artigo *Vítima do Sistema*.

Na segunda metade de 1988, o jornal passou a dividir o seu caderno em seções: política, regional, geral, rural, esporte, etc. Essas seções apareciam conforme o número de matérias, ocorrendo casos em que uma página dividia-se em duas seções. A partir dessa data, o jornal também passou a estampar um editorial, no canto esquerdo superior da página 2, no qual passou a se posicionar sobre vários assuntos: trânsito, política, cultura, etc.

No editorial *Ornamentação é importante*, publicado em 13 de dezembro de 1988, *O Progresso* fez críticas ao então prefeito, em final de mandato, que *não está nem aí* com as festividades alusivas ao aniversário do município, que completava 53 anos de emancipação. Refere-se a reportagem:

> "É que o prefeito Luis Antônio Gonçalves, alegando falta de recursos financeiros resolveu cancelar toda a programação alusiva à data, inclusive, os Jogos Abertos. A cidade, nem mesmo recebeu a devida ornamentação na avenida Marcelino Pires, como sempre ocorreu, visando às festas de fim de ano." (parágrafo 1).

A alegação de falta de verbas municipais para a realização da ornamentação não é aceita pelos editores que apontam a despreocupação do prefeito em relação ao assunto e o desrespeito do mesmo para com os douradenses, já que o custo é relativamente pequeno:

> "O prefeito Luiz Antonio deveria ter se preocupado com isso. Sabemos que o 'caixa' está zerado. Mas a ornamentação da cidade não é tão onerosa assim, aliás, os equipamentos são sempre reutilizados. O povo douradense merece comemorar as festas de fim de ano, com todo o respeito, e também, o aniversário do município." (parágrafo 4, grifo do jornal).

Fica latente que essa preocupação com a ornamentação está relacionada com a imagem de atraso, de decadência, sendo que a falta dos ornamentos acarreta uma estagnação econômica que mancha o progresso da cidade e da região como um todo, uma vez que Dourados tornou-se o polo comercial regional.

Nesse final de década, *O Progresso* do dia 01 de dezembro de 1988, traz o editorial *O dever cumprido!* em que o matutino faz um balanço do trabalho desenvolvido durante o ano. O mesmo confirmou que a responsabilidade pelas escolhas editoriais segue a razão e a consciência da diretoria:

> "O trabalho foi árduo e a luta incessante. Criticados por uns, elogiados por outros. *Mas temos a certeza que seguimos a nossa razão e o que ditou a nossa consciência*. Procuramos acertar e sabemos que colaboramos em muito, através de alertas, críticas, elogios e reivindicações em prol das boas causas". (parágrafo 2, o grifo é meu).

1. O setor público representava a maior fonte de verba publicitária do jornal, o governo estadual, várias prefeituras e poder judiciário, possuíam contratos publicitários entre atos oficiais e anúncios publicitários.

Os editores demonstraram conhecer a impossibilidade de agradar a todos, mas acreditavam que estavam satisfazendo a maioria dos leitores. Essa crença teve como base o aumento na tiragem e nos anúncios publicitários:

> "Afinal, nunca jamais [sic] é possível agradar a todos, mas temos certeza que satisfazemos a maioria. Prova disto, é o crescimento deste jornal que está a cada dia, crescendo mais, tanto em tiragem, como em publicidade, *e no apoio de nossa gente. Recebemos visitas de pessoas valorosas que sempre apóiam e elogiam nosso trabalho*." (parágrafo 3, o grifo é meu).

O grifo no final do parágrafo é para ressaltar a relação que os editores mantiveram com o grupo de *pessoas valorosas*, que apoiavam e elogiavam o trabalho desenvolvido pelo jornal, uma vez que estas pessoas faziam parte da categoria *nossa gente*. O termo *visita* demonstra que esse grupo possui uma afeição, um dever ou uma cortesia em relação aos diretores, o que os leva a uma associação de interesses.

Mesmo com uma grande variedade de assuntos abordados pelo editorial, o jornal *O Progresso*, durante o período analisado, não dedicou nenhum à questão indígena, excluindo o elemento indígena dos assuntos de interesse do matutino douradense. Essa exclusão estava em concordância com os ideais que visavam construir uma *identidade sul-mato-grossense*, num processo marcado pela diferença entre *nós* e *eles*, já que:

> "A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer 'o que somos' significa também dizer 'o que não somos'. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído." (Silva, 2000, p. 82, grifo do autor).

A exclusão da questão indígena no editorial do jornal demonstra o envolvimento que os proprietários do periódico têm com os ideais promovidos pelas *pessoas valorosas*, numa clara demonstração de pertencimento a qual sugere que a questão indígena não pertence aos assuntos relevantes da sociedade e, ao mesmo tempo, que os Guarani, no nosso caso, não são incluídos à categoria de *nossa gente*, demarcando a fronteira entre o *nós* e o *eles*, o que somos e o que não queremos ser.

Os Guarani Nas Páginas Do *O Progresso*

No levantamento, realizado com as matérias publicadas na primeira metade da década de 1980, foram identificadas duas situações em relação aos Guarani: a primeira está relacionada a um enorme *silêncio* sobre as populações indígenas locais, já que a maioria das notícias veiculadas enfocava os povos indígenas de outras regiões do País, com destaque para os que habitam a região norte. As poucas notícias que retratavam a população indígena local enfatizaram os trabalhos desenvolvidos por instituições governamentais e não governamentais que passaram a representar o índio. A segunda fez referência à *entrada* do índio local nas matérias do jornal e teve o seu enfoque direcionado em duas direções: na divulgação da violência existente entre os habitantes da RID, em que sobressaiu a figura do Capitão Ramão Machado, e na morte do líder indígena ñandeva, Marçal de Souza – *Tupã'i*, liderança de reconhecimento internacional e a primeira a ser assassinada no processo de reocupação dos territórios tradicionais.

Na segunda metade da década de 1980, com a crescente ocupação de áreas pelos Kaiowa e Ñandeva, o jornal *O Progresso* passou a publicar um número cada vez maior de notícias envolvendo o conflito territorial indígena local. Com esse aumento, as notícias relacionadas aos povos indígenas, habitantes de outras localidades do país, sofreram uma queda significativa, invertendo a posição de destaque a favor dos Guarani.

Em conformidade com Limberti (2003), na década de 1980, o índio já possuía um *lugar estabilizado* junto aos assuntos abordados pelo jornal *O Progresso*. A palavra índio apareceu como indicador do tópico em várias manchetes, demonstrando que o tema chamava a atenção dos leitores e dos editores.

Porém, essa estabilidade não atingiu os Kaiowa e Ñandeva que, no início da década, poucas vezes apareceram no noticiário em relação à quantidade de notícias envolvendo outros povos indígenas e, preferencialmente, de outros estados da Federação. Nos três primeiros anos da década, as etnias locais são apresentadas em 18% das matérias publicadas em relação à questão indígena. Em grande parte das notícias as etnias locais são identificadas com os termos *índios*, *silvícolas*; como o observado nas manchetes e textos a seguir:

> "Índios denunciam injustiças na Reserva." (O Progresso, 19 abr. 1983, capa).

> "Revoltados com os maus tratos, *aproximadamente sessenta índios* compareceram ontem à tarde, na Delegacia de Polícia de Dourados, [...]" (parágrafo 1, o grifo é meu).

> "De acordo com *os silvícolas*, Ramão, apesar de *não ser índio*, tem sido responsável direto por diversos espancamentos." (parágrafo 2, o grifo é meu).

> "Os *aproximadamente 60 índios* que estiveram ontem à tarde na Delegacia de Polícia, que se dizem representantes dos *cerca de 4.400 silvícolas* que formam a aldeia local." (parágrafo 8, o grifo é meu).

Essas formas de classificação estão estreitamente relacionadas à *marcação da diferença* e a formação da *identidade*, com um evidente indicador de *posição-de-sujeito*, marcadas por relações de poder, já que: "As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, nesse caso, também hierarquizar." (Silva, 2000, p. 82).

O texto foi todo apresentado por meio do discurso indireto, no qual fica claro para o leitor que a responsabilidade das informações é dos denunciantes e a posição do jornal se restringe a sua publicação. Essa postura editorial evidencia o pouco interesse, dos editores, em investigar ou em checar a veracidade das acusações.

Essa falta de interesse, apesar da gravidade da denúncia, mostra que o jornal *O Progresso* trata o assunto com descaso posto que nem mesmo o Chefe do Posto local da FUNAI, citado mais de uma vez como omisso, foi procurado pelo repórter responsável para dar a sua versão dos fatos: "[...] denunciaram para as autoridades todo tipo de irregularidades e injustiças, que segundo ele, vêm sendo praticadas pelo capitão Ramão Machado que, para isto conta com a omissão do Chefe do Posto Indígena." (parágrafo 1).

Aliado a esse descaso, o matutino deslegitima os denunciantes, "[...] que se dizem representantes dos cerca de 4.400 silvícolas que formam a aldeia local [...]", colocando em dúvida a representatividade que eles dizem ter da população indígena. Dessa forma, o jornal transforma a denúncia em um ato de mentirosos e de desordeiros.

Em outra notícia publicada no dia 15 de julho de 1980, com o título "*Estão querendo tirar a terra de meu padrasto à força*, *denúncia indígena*", se repete a postura de isenção do jornal, colocando a responsabilidade das informações no denunciante, porém, o matutino não procura confirmar a denúncia, limitando-se em publicá-la como manchete de capa.

O jornal demonstrou um total desconhecimento sobre a localização da RID, identificando-a como Missão Evangélica Caiuá, que, na realidade, se localiza vizinha a Reserva:

> "Esteve ontem à tarde na redação de 'O Progresso', o indígena Felipe Fernande (foto), para denunciar certas 'arbitrariedades' – disse ele – que vêm ocorrendo na Missão Evangélica Caiuá, envolvendo problemas de terra." (Parágrafo 1, grifo do jornal).

Também demonstrou o desconhecimento do interior da RID e de seus problemas ao trocar o nome das Aldeias, Jaguapiru e Bororo, pelo nome da etnia *Caiuá*, como pode ser observado no trecho abaixo: "Meu padrasto – continuou ele – juntamente com o meu irmão (respectivamente Severiano Rodriguez e Milando Fernande), são donos de uma terra na *aldeia Caiuá."* (parágrafo 2, o grifo é meu).

Essa troca de nomes não mostra só desconhecimento que o diário douradense tem da realidade da RID, mas também o total desinteresse pelo fato, que é tratado com curiosidade pelo matutino, pelo aspecto inusitado da situação: a ida de um índio à redação para fazer uma denúncia. Associado a esse fato está a contenção de despesas e falta de estrutura do jornal, o que proporciona uma notícia fundamentada somente em denúncias, sem checar a veracidade das mesmas. Ao atribuir a responsabilidade das informações ao denunciante, o periódico passa para o leitor uma postura editorial de isenção.

Ao mesmo tempo, *O Progresso* deslegitima o autor indígena, colocando em dúvida a fala deste: "[...] para denunciar certas 'arbitrariedades' – disse ele [...]". Essa dúvida acarreta uma descrença na versão contada, levantando uma suspeita sobre o fato e sobre o denunciante, que provavelmente estaria mentindo.

Em ambas as notícias ocorre a classificação genérica das etnias envolvidas. Ao deter o privilégio de classificá-los, como índios ou silvícolas, o jornal *O Progresso* passa a deter também o privilégio de atribuir diferentes valores a esse grupo social que é representado como desordeiro, sem representatividade junto à população indígena local, mentirosos e sem credibilidade nas suas informações.

Também é evidente, nesse período, a utilização do indicador do tópico *índios* para noticiar ações de entidades religiosas e dos

órgãos governamentais que trabalham junto às populações indígenas. Entre as entidades religiosas o maior destaque foi para o Conselho Indigenista Missionário – CIMI; a Missão Evangélica Caiuás vem a seguir com poucas aparições nas páginas do matutino. Com relação aos órgãos governamentais, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI foi a que apareceu na maioria das notícias, sendo que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS ganha um pequeno destaque, principalmente nos meses de abril no qual se comemora o Dia do Índio, promovendo encontros e debates sobre a questão indígena. Como não poderia faltar, há também várias notícias envolvendo políticos e suas atividades relacionadas com a questão indígena.

Quanto ao *lugar estabilizado*, nas páginas do diário douradense, costatamos que tal *espaço* não é uma conquista dos Guarani, como também não é uma exclusividade do jornal em questão, mas sim uma estratégia usada, nesse período, por toda a imprensa nacional, para driblar a censura militar, provocada pelo AI-5, durante o período ditatorial. Essa estratégia consistia em utilizar a questão indígena como *válvula de escape* por aqueles que discordavam do regime militar (Matos, 2001, p. 88). Assim, notamos que o jornal *O Progresso*, ao promover esse *lugar*, estava em consonância com o ideário proposto pela classe jornalística.

Segundo Matos (2001), a imprensa brasileira, principal alvo da censura, mudou o enfoque relacionado à questão indígena durante o regime militar, deixando de explorar a *imagem exótica do índio* para criar uma nova imagem: a do *índio político*. Para isso acontecer, os jornais deixaram de publicar reportagens culturais e passaram a dar ênfase às questões sociais indígenas, transferindo sua apresentação para junto dos assuntos políticos.

Essa transformação, de índio exótico para ator político, foi usada para expressar os *direitos civis dos cidadãos brasileiros* durante a repressão do regime militar. Para tanto, a imprensa nacional passou a retratar o índio como integrante da sociedade brasileira, com direitos legítimos e, sobretudo, "[...] como uma parte exemplar dessa sociedade, capaz de representar a realidade vivida naquele momento pelos brasileiros de uma maneira geral." (Matos, 2001, p. 89).

Para levar adiante a sua estratégia, a imprensa nacional recorreu à *imagem romântica* do *bom selvagem*, do *nobre selvagem* cuja essência foi utilizada para expressar o *ser brasileiro* e, nesse momento, para expressar a *essência política*, isto é "[...] o índio foi usado para expressar os direitos civis dos cidadãos brasileiros, ameaçados pela ditadura militar. Como conseqüência ideológica, a questão indígena destacou-se, na imprensa, como uma questão legítima de direitos [...]" (Matos, 2001, p. 89).

Essas representações da imprensa nacional são acompanhadas pelo *O Progresso*, pois grande parte das notícias, envolvendo a questão indígena, tinha origem nas agências e enfocavam a violação dos direitos indígenas ou a promoção das comunidades, por meio de projetos agropecuários, justificando o *lugar estabilizado* do índio em suas páginas nesse período, mas com uma preferência para o de outras localidades do país.

Um exemplo dessa preferência, do jornal *O Progresso*, em destacar índios de outras localidades foi encontrado na coluna social Rotatividade, escrita por Adiles do Amaral, em 05 de novembro de 1980, que tem como título: *Índios brasileiros são 187.801, segundo o CIMI*. A notícia apresenta um levantamento populacional realizado junto aos povos indígenas de todas as regiões brasileiras. Essas regiões estão divididas e apresentadas, no corpo da matéria, na seguinte ordem: região Norte-1, setor Acre-Rondônia; região Norte-2 (Amapá e Pará), região formada por Maranhão-Goiás; região leste-nordeste; região sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Mato Grosso.

Os parágrafos do texto estão divididos pelas regiões e se apresentam com pequenas variações na apresentação das palavras como pode ser observado abaixo:

> "A região Norte-1 também apresenta o maior número de grupos indígenas – 58. O grupo Tucuna, em São Paulo de Olivença-Tefé (AM) é o que possui a maior população – 15 mil índios – vindo a seguir a tribo Macuxi de Boa Vista (Roraima) com 12.740 membros." (parágrafo 2);

> "No setor Acre-Rondônia estão concentrados 24 grupos e o que possui a maior população é a tribo Caxinauá, localizada em Sena Madureira com 2.035 indígenas do tronco lingüístico Pano." (parágrafo 3).

> "A região Norte-2 (Amapá e Pará) apresenta 26 grupos. O maior deles e o Mundurucu, com 3.637 indígenas, no trecho Maués (Amazonas) – Itaituba (Pará)." (parágrafo 4).

Os dados relativos à região estudada só apareceram no último parágrafo, que informa:

> "Finalmente, no Mato Grosso, há 37 grupos. A maior população é a da tribo Terena com 10.300 membros, no distrito de Miranda, município de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul." (parágrafo 8).

Para encerrar a notícia é apresentada a seguinte tabela:

> "De acordo com o levantamento do CIMI, a população indígena está assim distribuída:
>
> 1 – Acre-Rondônia. 10.490
> 2 – Roraima-Amazonas (parte do Estado). .. 72.026
> 3 – Pará-Amapá. 10.716
> 4 – Maranhão-Norte de Goiás. 9.578
> 5 – Mato Grosso (Norte e Sul). 33.052
> 6 – Leste-Nordeste. 32.554
> 7 – Sul. 14.405
> Total. 182.801
> Grupos arredios. 15.000
> Destribalizados. 30.000
> Total Geral. . . . . 227.801"

Em uma análise mais detalhada do artigo, notar-se-á a existência de uma divergência nos números apresentados. Enquanto a manchete, o principal atrativo para o leitor, estampa a frase *Índios brasileiros são 187.801*, a tabela encontrada no final do texto apresenta um total diferente: 227.801. Em sua manchete Adiles não contabiliza os índios arredios e os destribalizados, induzindo o leitor ao não pertencimento deles na categoria índio.

A reportagem evidencia o quanto a população indígena sul-mato-grossense é preterida. Somente no último parágrafo do texto ela é apresentada, divergindo da tabela apresentada onde se encontra na quinta posição. Em sua nota, a colunista faz referência à *tribo Terena*, com 10.300 membros, como sendo a maior população do estado. Porém, um comunicado da CNBB, com o título: *Apelo da igreja do MT e MS em favor dos índios*, publicado em *O Progresso*, na edição do dia 28 de outubro de 1980, aponta somente na "[...] região da Grande Dourados, cerca de 10.000 índios Guarani-Kaiowá sobrevivem [...]" (parágrafo 2), dados comparáveis à população Terena do texto e silenciado por Adiles em sua coluna. Mesmo com um número populacional semelhante aos Terena e habitando a região de maior circulação do jornal, a autora não fez menção, em momento algum, aos Kaiowa e Ñandeva.

Associado a esse silêncio, o parágrafo confunde o leitor já que inicia a apresentação dos dados da região com referência "[...] no Mato Grosso, onde há 37 grupos. A maior população é da tribo Terena [...]", dando a entender que a tribo em questão pertence a Mato Grosso, para só nas últimas palavras, esclarecer que sua ocupação ocorre no "[...] município de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul".

Essa exclusão dos Guarani está de acordo com a posição editorial adotada pelos proprietários do jornal, que estão compromissados com os ideais propostos pelas elites e com os projetos desenvolvimentistas empregados pelo governo. Na identidade que estava sendo criada para o Mato Grosso do Sul, a população indígena não encontrava espaços, uma vez que sua imagem, associada ao primitivismo, ao atraso, não combinava com a representação de progresso associado à região.

A partir de 1983 até o final da década, os Kaiowa e Ñandeva ganharam mais destaque nas páginas do jornal *O Progresso*. Os 18% dos três primeiros anos passaram para 70% das notícias veiculadas nesse período. Esse aumento estava relacionado a dois fatores: o primeiro dizia respeito ao elevado índice de violência que ocorria no interior da RID. Essa violência chegava ao jornal, como vimos anteriormente, por meio de denúncias dos próprios índios e de pessoas ligadas à causa indígena. As acusações, na sua maioria, estavam relacionadas aos abusos praticados pelo órgão tutor e pelo capitão Ramão Machado. Permanecia o enfoque dado pelo jornal, nas matérias envolvendo a violência, de deslegitimar as denúncias e enfatizar que estas têm fins políticos, estando relacionadas com a disputa pelo cargo de Capitão da Aldeia.

O segundo referia-se ao assassinato do líder ñandeva Marçal de Souza – *Tupã'i*, ocorrido em novembro de 1983, na Aldeia Campestre, município de Antonio João-MS. As repercussões do assassinato de Marçal e do processo penal, que nunca chegou a penalizar os culpados, foram responsáveis pelo grande número de notícias, envolvendo este atentado, publicadas até o final da década de 1980. O foco dessas notícias era a valorização da imagem do líder assassinado, apresentando suas qualidades, destacando sua oratória e a sua luta em defesa da causa indígena.

Além desses dois fatos, ocorreu também um aumento nas notícias relacionadas ao movimento social de retomada dos antigos territórios de ocupação Kaiowa-Guarani. Esse movimento, que nos cinco primeiros anos da década de 1980, vinha sendo silenciado pelo *O Progresso* começou, a partir da segunda metade da década, a ocupar cada vez mais as páginas do diário douradense. A divulgação desse movimento trouxe consigo uma mudança na postura editorial do jornal que passa a identificar, cada vez mais, os agentes desse movimento pela etnia; em detrimento da utilização de termos genéricos. Essa mudança editorial pode ser observada nas publicações abaixo destacadas:

> *"Caiuás invadem posto agrícola."* (O Progresso, 03 jun. 1986, p. 03).

> "Um grupo de aproximadamente 80 *índios caiuás* retornou a uma área [...]" (Parágrafo 1, o grifo é meu).
>
> *"Caiuás retornam à Jarara e têm apoio dos terenas"* (O Progresso, 27 fev. 1987, capa).
>
> "Os duzentos indígenas da *tribo caiuás* que foram expulsos [...] estão retomando a área, agora, com apoio dos *Terena".* (Parágrafo 1, o grifo é meu).

Essa mudança editorial tem como foco a coletividade, mencionando sempre um grupo enquanto para os casos individuais utilizam os termos genéricos, como se pode observar nos trechos a seguir:

> *Indígena estupra enteada.* (O Progresso, 06-07 set. 1986, capa).
> *"O índio* Getúlio Barroso, 29 anos, lavrador."
> [...]
> "Em seu depoimento, *o índio* disse que é amasiado com [...]" (Parágrafos 1 e 3, o grifo é meu).

Índio pratica suicídio. (O Progresso, 20 abr. 1988, p. 03).

> "Por motivos ainda não esclarecidos, *o silvícola*, Mariano Cabreira, 25 anos, da aldeia Bororó."
> [...]
> *"O índio* foi encontrado por seus companheiros [...] chegando eles avistaram o corpo do *silvícola*." (Parágrafo 1 e 2, o grifo é meu).

Fica evidente que essa nova postura editorial do jornal, classificando a coletividade, estava totalmente relacionada com o movimento de reocupação dos territórios tradicionais, uma vez que as nomeações genéricas continuaram para as questões individuais.

Também em relação a esse movimento social, o jornal *O Progresso* demonstrava que este era tratado, nesse período, como caso de polícia. Os militantes desse grupamento social eram invasores, condenados pela justiça por desrespeitarem a propriedade privada:

> "A retirada de mais de 100 indígenas da Estância São Miguel Arcanjo, em Caarapó, efetuada pela Polícia Militar cumprindo mandato de reintegração de posse." (*Caiuás despejados de fazenda. Indígenas não querem famílias*. O Progresso, 02 dez. 1986, p. 03, paragrafo1).
>
> "A Polícia Militar de Dourados realizou na manhã do último dia 13, uma ação de reintegração de posse [...] despejando cerca de 100 indígenas da tribo caiuás." (*Índios são despejados de fazenda (de novo)*. O Progresso, 15 mai. 1987, manchete de capa, parágrafo 1).

O jornal destacou que as ações de reintegração de posse ocorreram de forma ordeira e pacífica sem a necessidade do emprego de força física, tendo o acompanhamento do juiz e de funcionários da FUNAI:

> "[...] 'a ação policial militar foi acompanhada pelo juiz Paulo Afonso de Almeida e por dois representantes da Fundação Nacional do Índio, dando-se de forma ordeira e pacífica'." (*Índios são despejados de fazenda (de novo)*. O Progresso, 15 mai. 1987, parágrafo 4, grifo do jornal).

Fora as ações de cumprimento de ordens judiciais, a Polícia Militar também foi citada em ocorrências extrajudiciais, aliada a fazendeiros e jagunços para expulsar comunidades indígenas por conta própria e de forma violenta:

> "O proprietário da Fazenda Redenção [...] expulsou no último sábado à tarde (dia 2), 16 famílias de índios guarani-caiwá, da Aldeia de Jaguapire, numa área excedente da fazenda, acompanhada [sic] de 23 jagunços e três soldados da PM de Tacuru." (*Tacuru: Índios estão decididos em retornar à aldeia*. O Progresso, 08 mar. 1985, p. 3, parágrafo 1).
>
> "Os índios foram humilhados e violentados pelos fazendeiros que, num grupo de 27 homens e três soldados da Policia Militar, derrubaram casas e destruíram." (*Índios retornam à Tacuru sem violência.* O Progresso, 26 mar. 1985, manchete de capa, parágrafo 3).

Nesses casos de expulsões, praticados pelos fazendeiros com auxílio de jagunços e policiais militares, o jornal destacou a violência praticada contra os indígenas, enfatizando a violação dos direitos e da lei:

> "[...] 23 jagunços e três soldados da PM de Tacuru, entre eles o cabo Alivio Cyles Pereira, que espancaram brutalmente diversos índios."
> [...]
> "Enquanto os jagunços do fazendeiro batiam nos patrícios, os soldados cutucavam com as metralhadoras e um deles rodeou as casas com um revólver e catou as crianças para botar no

> caminhão', explicou o índio Silvio Gimenes, filho do capitão da Aldeia." (*Tacuru: Índios estão decididos em retornar à aldeia.* O Progresso, 08 mar. 1985, p. 3, parágrafos 1 e 3).

Nota-se que na postura editorial, a apresentação da denúncia por meio do discurso indireto permanece, porém, nesse caso o jornal não desqualificou o denunciante como ocorreu em outras notícias. Nessa matéria, o matutino douradense deu credibilidade às denúncias já que o índio *explicou* o acontecido, enfatizando a sua posição hierárquica**:** *filho do capitão da Aldeia*.

Ao contrário do que possa parecer, essa postura editorial, de apoio à causa indígena, foi de encontro às representações criadas para a região, por meio da propagação de imagens de gente *ordeira*, *civilizada*, já que o ato praticado pelo fazendeiro se iguala ao de *selvageria*, estando em desacordo com o ideário das elites locais, e foi praticado por *gente de fora* uma vez que o fazendeiro "[...] viajou para Umuarama, no Paraná, onde possui outra propriedade [...]" (*Tacuru: Índios estão decididos em retornar à aldeia*. O Progresso, 08 mar. 1985, p. 3, parágrafo 18).

Em momento algum as reportagens de expulsão citaram a postura FUNAI ou se quer fizeram menção ao seu posicionamento frente às ações de retirada dos índios sem sentenças judiciais, excluindo a responsabilidade do órgão tutor desses casos, pelo silêncio. Porém, o jornal fez menção **à**s críticas do CIMI, por meio do seu advogado, em relação à postura adotada pelo órgão tutor:

> "Segundo, ainda, o advogado (do CIMI), a FUNAI regional Mato Grosso do Sul nada faz: não procura agilizar o processo para a demarcação da área; não garante a posse da terra para os índios; e não faz nada quando ocorre uma desocupação." (*Tacuru: Índios estão decididos em retornar à aldeia.* O Progresso, 08 mar. 1985, p. 3, parágrafo 11).

Apesar das denúncias de violação dos direitos adquiridos pelos indígenas, o jornal *O Progresso* desqualificava o movimento social dos Guarani, mostrando a desunião entre seus membros e enfatizando as representações negativas. Eles seriam violentos, bêbados e selvagens:

> "[...] o 'capitão' da reserva de Caarapó negou-se a receber as famílias caiuás."
> [...]
> "[...] um início de tumulto foi registrado na chegada à reserva, onde um grupo de cinco indígenas, completamente bêbados, tentou evitar que a mudança dos caiuás fosse descarregada [...] obrigando a detenção de todos por 30 minutos, já que muitos estavam armados de espingardas, facas, estiletas e punhais, armamento apreendido pelos soldados." (*Caiuás despejados de fazenda. Indígenas não querem famílias.* O Progresso, 02 dez. 1986, p. 3, parágrafos 3 e 6, grifo do jornal).

A análise da postura editorial do jornal *O Progresso*, em relação ao processo de retomada dos antigos *Tekoha,* demonstrou uma dualidade nas representações que envolvem esse movimento. Por um lado, ocorreu uma defesa do movimento dos Guarani, principalmente nas notícias que retrataram a desocupação ilegal das áreas ocupadas. Essa defesa esta em consonância com o ideário propagado pelo matutino, que abomina os atos de violência e de desrespeito à lei, atos esses que reportam ao *estigma da barbárie* e não condizem com a imagem de gente *ordeira*. Por outro lado, desqualifica o movimento ao publicar as retiradas por ordem judicial e ao afirmar que os envolvidos na ocupação não possuíam o apoio da comunidade, pois, os mesmos são rejeitados pelos habitantes e pelo *capitão* da Reserva à qual foram enviados. Essa rejeição da comunidade demonstra que os envolvidos na ocupação não passam de *desordeiros*, *desocupados* e *violentos*.

A partir da segunda metade da década analisada, o diário douradense começou a publicar os casos de suicídio entre os Guarani. A primeira notícia sobre o suicídio ocorreu em 13 de novembro de 1985, com o título *Indígena suicida-se e menor morre atropelado*, em chamada de capa para a página três. Na matéria publicada, o jornal mistura duas notícias, há também um atropelamento ocorrido na cidade, sendo que o caso de suicídio não é confirmado. O *indício* de suicídio foi relatado em um parágrafo e a responsabilidade das informações coube a fontes policiais:

> "Na segunda-feira pela manhã, o chefe do Posto Indígena de Dourados, Júlio Matsuharo Oshiro, comunicou a Delegacia Central de Polícia, que havia sido localizado em um matagal na reserva, o corpo de uma menor, com 15 anos, D.D., com uma corda no pescoço e sentada no galho de uma árvore. Conforme informações de fontes policiais, o corpo mostrava sinais de estar no local há mais de um dia, embora somente hoje os médicos legistas vão terminar a autópsia. Há indícios de que a morte ocorreu por suicídio." (parágrafo 3).

No ano de 1986, o jornal *O Progresso* publicou, nos meses de abril e maio três notícias sobre o suicídio:

> *Mais um índio suicida-se. É o quarto caso este ano.* (O Progresso, 01 abr. 1986, manchete de capa).
>
> *Aumenta o número de suicídios entre índios.* (O Progresso, 17 abr. 1986, manchete de capa).
>
> *Outro índio pratica suicídio.* (O Progresso, 20 mai. 1986, manchete de capa).

Na primeira manchete, a postura editorial e o espaço dedicado ao caso permaneceram o mesmo da notícia relatada acima. Mesmo sem saber o motivo do gesto, o diário douradense enfatizou que o ato praticado pelo índio é uma *tendência natural de se matar*: "A Delegacia Regional de Polícia não conseguiu ainda levantar o motivo do gesto, muito embora haja uma tendência natural entre os membros de algumas tribos de se matar." (parágrafo 1).

Embora o matutino anuncie que esse foi o quarto caso ocorrido no ano, em nenhuma edição anterior foi encontrada qualquer referência a eles. Essa postura editorial demonstra que os casos de suicídio, nesse momento, não mereceram destaque por parte do periódico, pois são corriqueiros e sem importância.

Na segunda, publicada sobre um fundo preto, o matutino relata que os motivos, dos sete casos ocorridos até aquele momento, não foram bem explicados pelos familiares e pelas autoridades. Porém, o jornal volta a enfatizar que os motivos culturais acarretaram os suicídios:

> "Uma versão que pode explicar as tentativas e os suicídios é sobre o 'feitiço' que cairia sobre os casais de namorados. Dizem que se o cônjuge ou o parceiro morre, o outro deve seguir o mesmo caminho caso contrário ficaria 'enfeitiçado' se continuasse vivo. Isso justificaria a morte do rapaz em Dourados, depois que sua namorada e a cunhada cometeram suicídio."
> [...]
> "Apesar destes inúmeros casos na área do posto da FUNAI em dourados [sic], não se tem conhecimentos de estudos de avaliação deste comportamento, quase um instinto de auto-destruição, que prevalece em muitas tribos indígenas." (parágrafos 9 e 12, grifo do jornal).

Na terceira reportagem, o jornal *O Progresso* limitou-se, em dois parágrafos, a publicar a informação sobre a ocorrência de mais um suicídio, por enforcamento, cujo motivo foi uma briga conjugal: "Mais um índio da reserva de Dourados pôs fim a vida: Odemar da Silva, 21 anos, casado, na noite de domingo se enforcou, após discussão com sua esposa, Aparecida Rosa." (Parágrafo 1).

O assunto suicídio só voltou às páginas do jornal *O Progresso* no ano de 1988. Na notícia *Proibida a entrada de estranhos na Reserva*, publicada no dia 15 de abril de 1988, o diário douradense dedicou um amplo artigo, com discursos diretos e indiretos do chefe do Posto da FUNAI, nos quais ele opina sobre as causas dos suicídios praticados pelos Guarani:

> "O problema do suicídio entre os índios continua existindo. 'Isso é quase natural entre eles devido sua mentalidade e raciocínio lento e são muitos sensíveis, não suportando emoções mais fortes' esclareceu Joel."
> [...]
> "A maioria dos suicídios ocorre justamente depois uma briga entre casais e quando há morte de um membro mais velho da família. 'Os índios não estão preparados para reagir perante algum problema de ordem sentimental' [...] existe ainda aquela crença de que o espírito do morto fica rondando o índio e ele pensa que tem que morrer também." (parágrafos 13 e 14, grifo do jornal).

A última notícia, no período estudado, envolvendo os suicídios foi publicada no dia 25 de abril de 1989, na última página, no Caderno Polícia, com a manchete *Casal de índios separa-se e depois praticam* [sic] *suicídio*, onde relatou: "Um casal de silvícolas, ambos menores de idade, morreram [sic] no final de semana que passou, depois de praticarem suicídio." (Parágrafo 1).

O jornal *O Progresso* constrói a imagem do indígena a partir de uma visão fóbica, ou seja, a de um povo selvagem, cruel, rústico, natural e ingênuo. Revela, dessa forma, uma visão etnocêntrica, onde a cultura do *outro* é inferior a cultura do *nós*. Os não índios seriam superiores e civilizados e os indígenas inferiores e não integrados à nacionalidade. Seu exotismo deve-se ao real estado de selvagens e do seu acelerado processo de marginalização. Essa visão é fundada no desconhecimento do *outro* ou no conhecimento superficial daquilo que o *outro* tem de diferente, como sua pele e a sua selvageria (Todorov, 1993, p. 142-148). A RID é representada como um lugar longínquo, isolado, marcado pela violência e habitado por selvagens.

Em todas as matérias publicadas sobre o suicídio, na década de 1980, o jornal *O*

Progresso deixou claro para o seu leitor que a *prática do suicídio* é uma *tendência natural* na cultura indígena, pois é movida pelo *instinto de autodestruição* e pela *incapacidade mental* de seus membros que possuem *mentalidade e raciocínio lento*, aspectos que comprovam sua inferioridade e selvageria. Essa desqualificação do indígena, atribuindo-lhe um estado selvagem em que não consegue controlar o seu instinto primitivo de se matar, se baseia nas representações que ligam o índio com o *natural*, portanto com o *atraso*, com o *estigma da barbárie*, reforçando a imagem de *gente bestial*, *de pouco saber* (Zorzato, 1998), (Galetti, 2000) e (Limberti, 2003).

As representações dos indígenas reforçam a autoridade do órgão tutor, dos políticos, da imprensa, da justiça, da polícia e dos proprietários de terras sobre essas populações. Said, ao analisar a autoridade do Ocidente sobre o Oriente, afirmou que ela

> "[...] é formada, irradiada, disseminada; é instrumental; é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valores; é virtualmente indistinguível de outras idéias que dignifica como verdadeiras e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz." (Said, 1990, p. 31).

A premissa da descrição é a exterioridade moral e existencial com relação ao outro que descreve. Um outro distante, diferente moral e culturalmente, amorfo, ameaçador, desprovido de energia e iniciativa. Ao representá-lo o silencia, evidenciando as relações de poder que permeiam esse campo: como os índios não podem representar a si mesmos, a imprensa e a FUNAI falam em seu lugar. Por outro lado, o olhar do jornal *O Progresso* é sempre exógeno, superficial e exótico. O matutino ao divulgar um conjunto de discursos (políticos, religiosos, etnológicos, literários, policiais, etc.), produz sentido e instaura uma memória. Ao não dar voz e vez aos indígenas, o diário douradense reforçou os preconceitos, a exclusão social e cultural e uma abertura incondicional com relação ao diferente, ou seja, do contexto multiétnico, plurilíngue e culturalmente heterogêneo de Dourados.

O discurso jornalístico, enquanto prática social, capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e ideias. Ao selecionar os acontecimentos, o discurso jornalístico toma parte do que será lembrado no futuro e constrói, simultaneamente, um modo possível de recordação do passado. Ao produzir sentidos, auxilia na criação do imaginário, pois, os processos discursivos tecem e homogeneízam a memória de uma época.

Quando os indígenas falam por si mesmo são vistos com desconfianças, como agitadores que querem criar dificuldades às autoridades e aos órgãos governamentais. Nesse sentido, o discurso jornalístico, empregado pelo jornal, defendia a ininterrupta e onipresente tutelagem das populações indígenas, que seriam incapazes, portanto deveriam ser submetidos, disciplinados, julgados e governados. No entanto, embora os indígenas constantemente estivessem apagados enquanto notícias, eles estavam ali. Às vezes, sem a intenção de dar voz e vez, por serem irrepresentáveis, o jornal *O Progresso* acabava apresentando a fala dos indígenas. A resistência dos indígenas falava aí. Ou seja, é no interior do discurso jornalístico que as vozes dos indígenas irrompem e o matutino publicava uma fala que não era sua: o discurso do outro, tirando-o do silenciamento.

Ao representar o *outro* com tons negativos cria-se uma representação positiva dos não índios. Se o índio é selvagem, irracional, infantil, suicida, preguiçoso, vagabundo, anormal, doente; os não índios seriam civilizados, racionais, maduros, virtuosos, trabalhadores, normais e sadios.

Considerações Finais

Ao analisar o histórico da implantação do jornal *O Progresso*, os seus articulistas e as notícias que retratam os Guarani, veiculadas na década de 1980, detectamos várias representações associadas ao ideário editorial proposto para esse diário douradense. Apesar dos discursos jornalísticos autorrepresentarem-se imparciais e neutros, é notória a sua construção.

A análise da postura editorial desse matutino e de seus articulistas constatou um comprometimento com a propagação dos ideais que nortearam o processo de formação da identidade sul-mato-grossense, com ênfase para o silenciamento das populações indígenas locais. Associado a à propagação desses ideais está o reforço das imagens negativas dos Guarani, bem como do movimento social de retomada dos antigos territórios, representando-os como dependentes, violentos, atrasados, mentirosos, baderneiros, alcoólatras, traiçoeiros e que desprezam o trabalho. A utilização do termo silvícola, em várias notícias, demonstra que o matutino os reconhece como selvagens, inferiores e, portanto, não integrados à civilização, à nacionalidade e ao progresso. (Silva, 2007, p. 114).

Porém, esse estudo não pode ser considerado conclusivo já que retratou um período determinado e nas décadas posteriores os conflitos envolvendo os Guarani se intensificaram.

Bibliografia

ABRAMO, Perseu. 2003. *Padrões de manipulação na grande imprensa.* São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

ALMEIDA, Rubem F. T. de. 2001. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.

BRAND, Antonio. 1993. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá.* Dissertação de Mestrado em História, Pontificie Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. 1997. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani:* os difíceis caminhos das Palavras. Tese de Doutorado em História, Pontificie Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. 1997. *Por que os Guarani e Kaiowá se suicidam? Espaço e vida dos índios Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul: Histórico, contexto e análise do suicídio.* Campo Grande, CIMI-MS.

GALETTI, Lylia da S. G. 2000. *Nos Confins da Civilização:* sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo.

GEERTZ, Clifford. 1997. *O Saber Local*: *novos ensaios em antropologia interpretativa.* Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes.

_____. 1973. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. 2002. *A invenção das tradições.* Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo, Editora Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric. 1990. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LIMA, Antonio C de S. 1995. *Um grande cerco de paz*: *poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

LIMBERTI, Rita de C. A. Pacheco. 2003. *A imagem do Índio: Discursos e Representações.* Tese de Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral, Universidade de São Paulo.

MATOS, Maria H. O. 2001. *O índio na imprensa: de "outro" exótico a "outro" ator político.* In: Barros, Américo D.; Martinez, João R. (Org.). *Comunicação: Discursos, Práticas e Tendências*. São Paulo, Rideel/ Brasília UniCEUB, pp. 87-118.

ORLANDI, Eni P. 1993. *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional.* 2. ed. Campinas, Pontes Editores.

_____. 2002. *Análise de Discurso*: *Princípios & Procedimentos.* 4. ed. Campinas, Pontes Editores.

QUEIROZ, Paulo R. C. 2003. *Temores e Esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o estado nacional brasileiro*. In: MARIN, Jérri R.; VASCONCELOS, Cláudio A. de (Org.). *História, região e identidades*. Campo Grande, Ed. UFMS, pp. 19-46.

_____. 2005. *Divisionismo e "Identidade" Mato-grossense e Sul-mato-grossense: um breve ensaio.* Texto digitado.

SAID, Edward W. 1990. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente.* Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo, Cia das Letras.

SCHWENGBER, Isabela de F. 2005. *Representações do MST na Imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

SILVA, Lélio Loureiro da. 2007. *As representações dos Kaiowa-Ñandeva no jornal O Progresso na década de 1980.* Dissertação de Mestrado em História Universidade Federal da Grande Dourados.

SOUZA, Hamilton O. 2003. *A atualidade dos estudos do jornalista e professor Perseu Abramo.* In: Abramo, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 15-22.

TODOROV, Tzvetan. 1993. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana.* Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

ZORZATO, Osvaldo. 1998. *Conciliação e identidade*: *considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983).* Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo.